

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA DA METAÉTICA

JOHN FLORINDO DE MIRANDA¹; CARLOS ADRIANO FERRAZ²

¹*Universidade Federal de Pelotas – johnflorindodemiranda@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ferrazca@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda um ponto específico de nossa pesquisa de doutorado. Tal pesquisa investiga o problema da objetividade moral – em resumo, o problema de saber se juízos morais podem ser considerados “objetivos” ou não. Desde a segunda metade do século passado esse tipo de problema tem sido visto como típico da disciplina filosófica conhecida como “metaética”. Esta última, por sua vez, tem sido entendida como uma disciplina específica da filosofia moral que se ocupa apenas dos pressupostos teóricos das teorias morais, deixando de lado o estabelecimento e justificação de princípios, regras e virtudes morais – o que seria tarefa da “ética normativa” e da “ética aplicada”. Ora, uma vez que o tema da nossa pesquisa tem sido visto como parte da metaética pareceu-nos importante investigar a natureza mesma desta disciplina, incluindo assim tal investigação em nossa pesquisa. Pois que, para saber se o problema da objetividade moral é de fato um problema “metaético”, é necessário saber o que significa algo ser um problema metaético (e, portanto, o que é a metaética). Ao investigar esse ponto, constatamos que não há consenso sobre a natureza da metaética – isto é, sobre aquilo que a distingue das demais discussões da filosofia moral. Mais precisamente, constatamos que apesar de ter havido consenso sobre a natureza e objeto da referida disciplina (especialmente logo que de seu estabelecimento na tradição filosófica ocidental), mais tarde, no entanto, foram surgindo diferentes explicações sobre seu objeto teórico característico. Em verdade, nos últimos anos temos presenciado a concretização de um profícuo debate filosófico acerca da natureza da metaética. Consequentemente, isso torna controversa a definição de metaética que postulamos acima (e qualquer outra que poderia se postular). Enfim, dada a relevância desse tema tanto para a nossa pesquisa de doutorado em particular quanto para filosofia moral contemporânea em geral, pareceu-nos oportuno abordá-lo no presente trabalho. Para tanto, nos focamos nas principais concepções sobre metaética encontradas no debate filosófico contemporâneo, a fim de elucidar o atual estado desta discussão.

2. METODOLOGIA

Uma vez que o presente trabalho é de natureza estritamente teórica, a metodologia empregada nele foi tão somente aquela da pesquisa bibliográfica, consistindo na leitura e análise conceitual das obras relevantes ao tema proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente é comum entender que a ética ou filosofia moral se divide em três áreas ou disciplinas, a saber: ética normativa, ética aplicada e metaética. Podemos, para fins didáticos, começar a nossa discussão partindo de concepções que pareçam ser comuns em nossa cultura filosófica atual – tal como fazemos a seguir. A ética normativa pode ser entendida como a parte da filosofia

moral que busca estabelecer e justificar os princípios, regras e virtudes que determinam e orientam as nossas decisões e ações em um âmbito distintivamente “moral” do pensamento, discurso e/ou realidade (KAGAN, 1998, p. 01). A ética aplicada pode ser entendida como a parte da filosofia moral que se ocupa da discussão e resolução de problemas específicos (p. ex., aborto, eutanásia, direitos dos animais, etc.). Nota-se que algumas vezes a ética aplicada é entendida como uma parte constitutiva da ética normativa – neste caso, sendo apenas uma incursão desta última em temas mais pontuais (KAGAN, 1998, p. 03). Já a metaética é geralmente entendida como a parte da filosofia moral que se ocupa exclusivamente de “questões de segunda ordem” (questões “metateóricas”) sobre a moralidade. É comum ilustrar essa característica dizendo que a metaética investiga questões sobre a ética normativa (e não questões *internas* a esta), tais como: questões metafísicas, semânticas, epistemológicas, psicológicas, etc. sobre o fenômeno moral (MILLER, 2003, p. 01-02).

Porém, essa caracterização comum de metaética demanda maiores explicações. Afinal, uma questão “sobre” a ética normativa poderia muito bem ser ela mesma uma questão ético-normativa. Ronald Dworkin (1996), por exemplo, defendeu que afirmações metaéticas (p. ex., “Existem verdades morais”) são apenas afirmações morais substantivas (tais como, p. ex., “A escravidão é errada”) articuladas de maneira mais abstrata. Além disso, poderia ser difícil explicar por que a metaética se constitui exclusivamente de questões de “segunda ordem” – pois existem diversas questões tipicamente metaéticas que não são facilmente vistas como sendo de segunda ordem (p. ex., “Existem fatos morais?”) bem como questões claramente de segunda ordem que não parecem ser questões metaéticas (p. ex., “Quantas pessoas estão pensando ‘que devo fazer’ neste exato momento?”) (MCPPERSON; PLUNKETT, 2018, p. 18). Portanto, dizer que a metaética se constitui de questões de segunda ordem sobre a ética normativa não é suficiente para explicar por que ela é uma disciplina distinta ou autônoma da filosofia moral. Precisamos, pois, de mais detalhes sobre a definição proposta. Vejamos brevemente como as concepções de metaética se desenvolveram na contemporaneidade.

Observando as tendências filosóficas que eram dominantes na Europa da primeira metade do século passado, um primeiro entendimento da metaética se focou na análise linguística: segundo esta visão, a metaética se constituiria como uma análise do significado dos termos e sentenças que compõem o nosso discurso moral. Tratar-se-ia de uma investigação semântica moralmente neutra. Alguns dos proponentes mais ilustres dessa concepção foram A. J. Ayer, C. L. Stevenson e W. D. Hudson. Mas tal concepção começou a ser alargada a partir da segunda metade do mesmo século. Em sua famosa obra *Ethics: Inventing Right and Wrong* (1977), J. L. Mackie incluiu questões metafísicas, epistemológicas e psicológicas ao quadro teórico da metaética, e popularizou a ideia de que a metaética é uma disciplina restritivamente de “segunda ordem” e moralmente neutra (MACKIE, 1977, cap. 01).

Após Mackie, a maioria dos autores abraçou a ideia de metaética como uma disciplina de segunda ordem e moralmente neutra. Mas algumas nuances foram acrescentadas. Uma consideração importante foi feita por Shelly Kagan (1998, p. 04). Kagan aceitou a distinção entre questões de primeira e segunda ordem, mas não a considerou suficiente para explicar o caráter distintivo da metaética. Para o autor, a metaética é uma disciplina que se segue “naturalmente” da ética normativa; com efeito, ela surge ao tentarmos justificar e explicar as nossas convicções morais substantivas. Assim, o que distingue a metaética é o fato de ela buscar explicar a natureza do fenômeno moral como um todo. Kagan (Idem, p.

06) afirma que, ao visar tal propósito, a metaética tende a se constituir através de investigações mais abstratas do que aquelas típicas da ética normativa e da ética aplicada.

Recentemente, porém, Tristam McPherson e David Plunkett (2018) questionaram todas essas caracterizações de metaética. Tais autores defenderam uma visão “explanatória” de metaética, segundo a qual esta última se caracterizaria por um *projeto explanatório* específico, a saber: explicar como o pensamento, linguagem e realidade morais se adéquam ao resto do mundo ou realidade. Para eles, essa caracterização abarca todas as demais, mas tem a vantagem de ser mais flexível e de explicar melhor o que unifica todas as investigações metaéticas. Seria mais flexível porque, ao entender a metaética como um projeto explanatório, não precisaria se fixar no que sejam questões de primeira e segunda ordem. A identificação de questões “metaéticas” se daria tão somente pelo reconhecimento do papel que uma questão tem em um contexto de discussão (ou seja, uma questão será metaética se buscar satisfazer o objetivo explanatório da metaética). Assim, questões que talvez pudessem ser entendidas como “substantivas” em alguns contextos, em outros poderiam ser consideradas “metaéticas”. Contudo, apesar de essa concepção ser bem articulada, ela parece falhar ao não justificar por que o projeto metaético tem a natureza que ela diz ter. Ela simplesmente postula que o projeto metaético é o projeto que visa explicar como a ética se ajusta ao resto da realidade. Certamente a metaética inclui tal projeto explanatório; mas disso não se segue que ele seja o aspecto distintivo da metaética. Assim, a concepção de McPherson e Plunkett parece ser circular quanto ao caráter distintivo da metaética.

Por fim, é importante mencionar algo acerca da suposição de neutralidade comumente associada à metaética. Como já ilustramos acima, a tese de que a metaética é moralmente neutra foi dominante até o final do século passado. Porém, já na década de 1980 essa tese começou a ser criticada. Um expoente central dessas críticas foi Ronald Dworkin (p. ex., 1996), o qual defendeu que a metaética não se constitui com uma disciplina “arquimediana” que está para além de considerações morais substantivas. Dworkin alegou que todas as questões metaéticas são, na verdade, questões morais substantivas articuladas em uma linguagem mais abstrata. Para ele, afirmações metaéticas poderiam ser “traduzidas” em termos substantivos (p. ex., “É um fato que o aborto é moralmente errado” poderia ser entendida como “O aborto é moralmente errado”). Assim, Dworkin conclui que o arquimedianismo metaético é falso. Ocorre que, como bem observou Paul Bloomfield (2009, p. 289-90), a crítica que Dworkin faz ao arquimedianismo metaético é ela mesma arquimediana: isto é, ela depende de uma elevação do discurso substantivo para um nível metateórico. Trata-se de uma argumentação sobre a natureza da ética, a qual não parece ter qualquer implicação substantiva imediata. Portanto, Dworkin parece estar cometendo um erro performático, comprometendo assim a possibilidade mesma de sua crítica.

Atualmente muitos filósofos estão de acordo que a metaética não é totalmente neutra quanto à ética normativa. Há também posições intermediárias: Schroeder (2018), por exemplo, defende que *ao menos algumas* questões metaéticas são de fato neutras. Mas o neutralismo ainda encontra seus partidários: Dreier (2002), por exemplo, insiste que, dada a natureza meramente teórica (de segunda ordem) da metaética, esta é totalmente neutra quanto a questões substantivas. Portanto, fica claro que a natureza específica da metaética e, assim, os aspectos que explicam sua neutralidade ou não-neutralidade, permanecem em necessidade de esclarecimento. O nosso propósito aqui (ao tentar elucidar o problema) foi o de fornecer um passo explanatório nessa direção.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho, à semelhança da pesquisa que o subsidia, mostra-se consideravelmente inovador ao investigar um pressuposto do debate da filosofia moral contemporânea que (sobretudo em nosso contexto acadêmico nacional) tende a ser simplesmente assumido. Desde o início do século passado as discussões metaéticas tem sido parte central da agenda filosófica ocidental. Contudo, desde então raramente se investigou a própria natureza desse tipo de discussão. Nas últimas décadas, porém, tem surgido um debate sobre a natureza da metaética, o qual ainda parece pouco divulgado em nosso contexto acadêmico. Ao trazer esse ponto à tona, nosso trabalho realiza, por conseguinte, uma significativa contribuição no referido contexto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOOMFIELD, Paul. “Archimedeanism and Why Metaethics Matters” In: SHAFER-LANDAU, Russ. (ed.) **Oxford Studies in Metaethics (Vol. 4)**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 283-302.
- DARWALL, Stephen. “How Should Ethics Relate to (the Rest of) Philosophy? Moore's Legacy” In: HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. (eds.) **Metaethics after Moore**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- DWORKIN, Ronald. Objectivity and Truth: You'd Better Believe It. **Philosophy and Public Affairs** v. 25, n. 02, p. 87–139, 1996.
- DREIER, James. “Metaethics and Normative Commitment” In: SOSA, Ernest; VILLANUEVA, Enrique. (eds.) **Philosophical Issues 12: Realism and Relativism**. 2002, p. 241–63.
- KAGAN, Shelly. **Normative Ethics**. Boulder, CO: Westview Press, 1998.
- MACKIE, John Lesley. **Ethics: Inventing Right and Wrong**. New York: Penguin Books, 1977.
- MCPHERSON, Tristam; PLUNKETT, David. “Introduction: The Nature and Explanatory Ambitions of Metaethics” In: MCPHERSON, Tristam; PLUNKETT, David (eds.) **The Routledge Handbook of Metaethics**. New York: Routledge, 2018.
- MILLER, Alexander. **Contemporary Metaethics: An Introduction**. (2nd Edition). Cambridge: Polity Press, 2003.
- SCHROEDER, Mark. “Normative Ethics and Metaethics” In: MCPHERSON, Tristam; PLUNKETT, David (eds.). **The Routledge Handbook of Metaethics**.